

Reformas da Reitoria buscam colocar a Unesp nos trilhos do rearranjo ultraliberal em curso no país

Plenária da Adunesp cobra amplo debate na comunidade e decisão em Assembleia Universitária

Nova plenária e debate em Marília, no dia 17/10, darão continuidade à mobilização

As reformas apresentadas pela Reitoria da Unesp foram o ponto central na pauta da Plenária Estadual da Adunesp em 28/9/2018. Os presentes fizeram uma análise das propostas, seus objetivos e limites, situando-as na conjuntura política atual, conforme será relatado brevemente a seguir. Divididas em três partes, elas tratam da Sustentabilidade Financeira (Parte 1), Administrativa (Parte 2) e Acadêmica (Parte 3).

A Parte 1, diga-se de passagem, lançada no início deste ano, foi amplamente rejeitada nas congregações, conselhos de curso e departamentos. No entanto, com algumas poucas “alterações” que não mudam o seu caráter, foi trazida de volta pela Reitoria. Basta ler um e outro para constatar isso.

Numa leitura mais atenta do restante do pacote de reformas (Administrativa e Acadêmica) propostas pela Reitoria, é possível se depreender que a busca de recursos é tema transversal



em todos os capítulos. No que diz respeito à reforma Acadêmica, pelas propostas de enxugamento de currículos e diminuição do tempo de sala de aula, pela utilização de EAD, pela instituição da figura do professor itinerante, pela naturalização da não contratação prioritária de docentes em RDIDP, pela estratégia de grupamento de turmas da graduação; pelas parcerias remuneradas com empresas privadas ou pela venda de serviços de extensão.

Quanto à reforma Administrativa, ainda sob a égide da economia de recursos (*Proposta de Sustentabilidade para a Unesp Parte II: Reforma Administrativa*, pag. 52), uma de suas propostas é a redução dos atuais 37 centros administrativos para apenas 12 centros de serviços compartilhados (CSC), para congregar os setores de Finanças, Gestão de Pessoas, Informática, Materiais, Protocolo e Arquivo, Saúde e Segurança, Serviços

de Atividades Auxiliares, Restaurante Universitário e Centro de Convivência Infantil. O CSC, portanto, agregaria num mesmo setor atividades muito diferentes, numa manobra extremamente complexa e arriscada. Antes do fechamento deste boletim, fomos informados, conforme notícia o jornal *Valor Econômico*, de 03/10/2018, que o reitor da Unesp teria dito que “não haverá demissões porque a maior parte é estatutária e não temos dinheiro para pagar a rescisão dos celetistas”, ao comentar as implicações da reforma Administrativa.

O pacote de reformas trata superficialmente da questão do subfinanciamento público da Universidade, conferindo a ele uma caráter de naturalidade, como se já não tivéssemos

Confira também neste boletim:

- ▶ 17/10: Plenária e debate sobre as reformas em Marília
- ▶ Professor itinerante: Dúvidas relevantes
- ▶ O PAADES e os pós-graduandos
- ▶ Ação coletiva para aposentados por licença prêmio não gozada
- ▶ Confira seus direitos e acesse a AJ da Adunesp



conseguido aumentar a dotação orçamentária em outros momentos, em que o Fórum das Seis lutou e reitores da Unesp mais comprometidos com as universidades públicas paulistas também atuaram. Pouco se fala sobre a falta de contratação de servidores/as docentes e técnico-administrativos/as em número suficiente para manter o pleno funcionamento da Universidade, nem sobre o elevado número de professores(as) substitutos/as, em condições de trabalho aviltantes. Pouco se fala da insuficiência financeira, obrigação legal do Tesouro estadual nunca honrada pelos sucessivos governadores e objeto de modestíssima atuação do Cruesp, a ponto de não se ter conhecimento de ações efetivas para a superação desse problema por parte dos atuais reitores. Nada se fala sobre reajustes dignos de salário ou do pagamento dos 3%, concedidos pelo Cruesp em 2016 e não honrados até agora pela reitoria da Unesp. Nem sequer uma perspectiva a médio e longo prazos.

Assim, nos parece evidente que a proposta central do pacote de reformas está fortemente atrelada à intenção coordenada do Cruesp em adaptar o funcionamento das universidades aos insuficientes recursos a elas destinados pelo estado, e a uma mudança substan-

cial no seu caráter e no seu modo de funcionamento, sem que, no entanto, seja explicitada qualquer preocupação com a manutenção da qualidade dos serviços prestados e atividades desenvolvidas pela Unesp. Reafirma-se, isto sim, a ausência de altivez da Reitoria em reivindicar mais recursos públicos e reitera-se a atávica subserviência dos últimos reitores aos sucessivos governos estaduais, inclusive, ao atual.

Enfim, esse pacote de medidas, algumas já implementadas, está mexendo com todo o organograma administrativo, didático e gerencial da Universidade ao mesmo tempo, o que é extremamente temerário pelo risco que envolve. Mais ainda pela forma como a administração superior, ao que tudo indica, pretende encaminhá-lo. Uma discussão apressada nos órgãos colegiados centrais – e somente isso – ficando a comunidade universitária, que dá vida e sentido para a Unesp, fora das discussões e do círculo decisório.

A Plenária Estadual da Adunesp apontou que é nossa responsabilidade política defender uma universidade que pense e produza autonomamente sua ciência e tecnologia, combatendo o papel subalterno a ela reservado, como propõe o pacote de reformas patrocinado pela reitoria.

Economia de recursos?

Conforme declarou o Pró-Reitor de Planejamento Estratégico e Gestão (Propeg), professor Leonardo Büll, na última reunião do CADE, em 19/9/2018, a reforma administrativa proposta pela Reitoria possibilitará uma economia de cerca de R\$ 8 milhões anuais.

Vejam alguns exemplos do que isso significaria, em termos reais, para a Universidade:

- 1) menos de que 1/22, ou algo em torno de 4,4%, de uma folha de pagamento mensal (cujo total mensal é de ~R\$ 180 milhões). O pagamento do 13º salário corresponde a uma folha mensal, por exemplo;
- 2) menos de 1/92, ou aproximadamente 1,08% da insuficiência financeira de 2018 (prevista em ~R\$ 740 milhões);
- 3) menos do que 1/20, ou cerca de 5% do necessário para cobrir o déficit atual de docentes na Unesp em RDIDP (algo em torno de 1.000 docentes). Com os R\$ 8 milhões, seria possível pagar um ano de salário para, no máximo, 48 docentes estatutários em RDIDP;
- 4) menos de 11,3%, ou seja, abaixo de 1/9 do que a Reitoria nos deve, considerando, apenas e tão somente, o ano de 2018, por não nos ter pago o reajuste de 3%, concedido pelo Cruesp em maio de 2016.

Esses exemplos mostram que a “economia” que se pretende alcançar com a reforma administrativa, que produzirá mudanças drásticas para amplos segmentos da Universidade, e com resultados práticos que podem ser catastróficos, não resolve minimamente nossos problemas orçamentários e financeiros mais prementes e, portanto, não dá conta sequer de adaptar o funcionamento da Universidade aos insuficientes recursos destinados pelo estado conforme afirmamos acima.

A conjuntura onde se insere o pacote

Um conjunto de ações vêm sendo perpetradas pelos reitores das universidades públicas paulistas, como

17/10: Nova plenária e debate sobre as reformas em Marília

A Adunesp convida para nova Plenária Estadual no dia 17/10, quarta-feira, no campus de Marília, às 14h (sala 9, prédio novo). No mesmo dia, na parte da manhã, estão todos e todas convidados/as para participar da mesa “Reformas na Unesp: O projeto de Universidade em debate”:

Local: Sala 64, campus de Marília

Horário: 10h

Debatedores:

- Júlio César Torres (*Docente do campus de SJ do Rio Preto e representante do Chapão da Adunesp no CADE*);
- Marcelo Totti (*Docente do campus de Marília e representante do Chapão da Adunesp no Conselho Universitário*);
- Márcia Pazin (*Presidente da Comissão de Ensino do campus de Marília*);
- Bruna Carvalho (*Servidora técnico-administrativa no campus de Marília, representante do Sintunesp*).



a “PEC do Fim da USP”, as políticas deliberadas de arrocho salarial e precarização do trabalho exatamente na mesma linha do que vem sendo feito pelo governo federal e estadual – seu aliado operacional – com o objetivo explícito de desvalorizar e desarticular todas as instituições públicas que prestam algum tipo de serviço relevante à sociedade. Inserem-se nesse contexto as atuais reformas em andamento na Unesp (Sustentabilidade Financeira, Reforma Administrativa e Reforma Acadêmica).

Uma análise mais cuidadosa do pacote de reformas da Unesp reforça a convicção de que seus objetivos não são exatamente racionalizar as instâncias administrativas e acadêmicas, nem elaborar um planejamento estratégico que garanta e viabilize o seu pleno funcionamento sob as condições atuais de crise de financiamento. Trata-se de aproveitar o ensejo oportunizado pela crise econômica e ceder ao jogo das pressões políticas para implantar um outro modelo de universidade, ade-

quando ao rearranjo ultraliberal, inserida no projeto de manter e aprofundar as condições determinantes do subdesenvolvimento brasileiro. Isso implica necessariamente em transformar uma universidade que tem dado relevantes contribuições para o desenvolvimento e a soberania nacional em uma universidade que apenas cumprirá o papel que lhe estaria reservado num país periférico. Que não precisaria e nem deveria produzir conhecimento, ciência e tecnologia de ponta, limitando-se a exportar variados tipos de *commodities* e a comprar as máquinas e equipamentos com alto valor agregado, importando tecnologia dos países desenvolvidos. Que abdicaria de qualificar gerações de jovens capazes contribuir significativamente para a construção de uma indústria e de uma engenharia nacional não subalternizadas aos interesses do projeto de produção do subdesenvolvimento brasileiro, e aptos para produzir pensamento crítico acerca dos possíveis caminhos para o desenvolvimento do país, como temos feito na Unesp.

Debate e deliberações têm que partir da comunidade: POR UMA ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA!

A Plenária Estadual da Adunesp manifestou imensa preocupação com o teor dessas propostas e, mais ainda, com a forma como estão sendo discutidas e deliberadas, pois mudanças desta envergadura exigem uma discussão serena, profunda e democrática, envolvendo toda a comunidade unespiana, e apontou que a instância natural para isso é a Assembleia Universitária.

Sem isso, corremos o risco de emerja deste processo uma nova Unesp semi-privatizada, semi-gratuita, de semi-excelência, um simulacro de universidade sem o compromisso maior que sempre tivemos com o povo paulista e brasileiro.

Os presentes à Plenária conclamaram todos os colegas docentes a se engajar neste movimento, solicitando às Congregações locais que pautem as reformas e se manifestem sobre elas!

OUTROS PONTOS DEBATIDOS NA PLENÁRIA DA ADUNESP DE 28/9

Campanha salarial e 13º salário na Unesp

Na Plenária da Adunesp em 28/9, foram passados dados consolidados da arrecadação de ICMS de janeiro a agosto de 2018, 7,23% acima do arrecadado no mesmo período de 2017, o que comprova uma tendência de alta não prevista pelas estimativas da Secretaria da Fazenda do Estado, utilizadas pelo Conselho de Reitores (Cruesp) para conceder o reajuste de 1,5% em maio deste ano.

Por outro lado, o *Boletim Econômico Propeg*, agosto de 2018, publicação 09, de responsabilidade da Reitoria da Unesp, coloca em xeque a afirmação de que a Universidade não dispõe de recursos para honrar o 13º salário dos estatutários. No item “Liberações Financeiras e Comprometimento com a Folha de Pagamento”, o boletim informa o valor da folha bruta de pagamento da Unesp e observa que nela estão computados “o provisionamento do décimo terceiro salário e o abono de férias, distribuídos ao longo do ano”. Isto implica, considerando que essas afirmações se referem aos sete primeiros meses de 2018, que

já teríamos em caixa o correspondente a cerca de 7/12 do décimo terceiro salário, ou seja, faltariam para completá-lo 5/12, que é um montante compatível com a expectativa de arrecadação do ICMS até o final deste ano.

O presidente da Adunesp, João Chaves, frisou que, no entanto, isto não resolve a crise de financiamento da Unesp, que tem inúmeros outros compromissos que reclamam mais recursos para sustentar seu pleno e adequado funcionamento. Entre eles, a contratação de servidores docentes e técnico-administrativos, o não pagamento do reajuste de 3% de maio de 2016, que gerou uma quebra da isonomia e mais um passivo salarial que se acumula e só tende a crescer.

Diante destes informes, a Plenária da Adunesp reforçou a necessidade de cobrança de nova negociação com o Cruesp, tendo como ponto de pauta, também, a situação do 13º aos servidores estatutários da Unesp em 2018.



Professor itinerante

Por meio do Edital 08/2018-Prograd, a Pró-Reitoria de Graduação da Unesp lançou as bases para o Programa de Mobilidade Docente na Graduação para o ano letivo de 2019. O edital explica que o programa se vincula ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp e destina-se a “incentivar a mobilidade dos/as docentes interessados/as em ministrar disciplinas obrigatórias, em suas especialidades, também em outros cursos de graduação da Unesp e fora de sua cidade de atuação”. Para esse fim, é definido um “auxílio financeiro” de R\$ 5 mil para cada bloco de 60 horas/aula, com limite de 120 horas/aula por semestre.

Os presentes à Plenária Estadual da Adunesp elencaram algumas questões importantes, que precisam ser levadas em conta:

- Se faltam docentes na Unesp, como tirar alguém do seu campus para ministrar aulas em outro campus? Isto certamente terá impacto nas atividades de pesquisa, extensão, orientação e gestão no campus de origem.
- Como fica o projeto pedagógico dos departamentos e dos professores? E eventuais diferenças nas ementas das disciplinas a serem ministradas (objetivos, fundamentação teórico-metodológica e bibliografia)?
- De quem é a responsabilidade no que diz respeito ao seguro de vida do docente que se desloca da sua sede?

Certamente, há um apelo econômico importante no programa, uma vez que nossos salários estão sob forte arrocho e, diante disso, há colegas que veem uma chance de aumento em seus proventos. Mas se trata de uma “saída” que trará algum benefício financeiro para poucos, além do risco de prejuízo significativo para os nossos programas de graduação e pós-graduação, e uma evidente precarização das condições de trabalho docente.

PAADES

Durante a Plenária, foi destacada a postura da Adunesp em relação ao Programa de Aperfeiçoamento e Apoio à Docência no Ensino Superior (PAADES), divulgado pelas Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação da Unesp. A posição da entidade foi relatada a alguns canais de comunicação, que solicitaram entrevista a respeito deste tema, como é o caso do Portal G1.

Embora considere que é também papel importante da Universidade a abertura de espaços para atividades que possibilitem enriquecer a formação teórica e prática de seus pós-graduandos, a Adunesp vê com preocupação o lançamento do programa neste momento.

Muito embora, conforme declarou o Vice-Reitor Prof. Sérgio Nobre, as atividades do programa têm por objetivo promover “uma maior integração entre os alunos de

graduação e pós-graduação, contribuindo para despertar o interesse dos alunos da graduação para a carreira acadêmica”, estamos diante de um cenário bastante complicado, no qual as contratações de docentes (assim como a de técnico-administrativos) estão praticamente congeladas há três anos, o que vem causando uma sobrecarga de trabalho a muitos professores e problemas no oferecimento de várias disciplinas.

Para a Adunesp, é preciso cuidar para que o trabalho destes pós-graduandos não seja utilizado para suprir a falta de docentes, o que não só subverteria completamente a finalidade educacional do programa, mas também constituiria um subterfúgio para suprir a carência de docentes, com o agravante do risco de se naturalizar formas ainda mais precarizadas de trabalho na Universidade, inclusive, com baixíssima remuneração. Essa distorção, caso venha a ocorrer, poderá contribuir para corroer as bases e fundamentos da Unesp e comprometer uma construção feita com o trabalho e a dedicação de muitas gerações de servidores docentes e técnico-administrativos desde antes de sua criação, em 1976.

Ação coletiva para aposentados por licença prêmio não gozada

A Plenária autorizou a Adunesp a ajuizar ação coletiva para garantir os direitos dos docentes que, ao se aposentarem, deixaram de gozar licença prêmio adquirida. A ação judicial tem o objetivo de pleitear indenização para esses professores, ainda que a Unesp os tenha compelido a assinar algum documento no sentido de renunciar a esse direito.

Atenção para outros direitos

Na Plenária, foram destacados alguns informes da Assessoria Jurídica (AJ) da Adunesp, que fez um levantamento sobre as demandas jurídicas individuais mais apresentadas por docentes da Unesp. Com base nele, a AJ chama a atenção para algumas situações ilegais que têm se repetido na conduta administrativa:

- Não pagamento de abono de permanência desde a data em que o docente faz jus à aposentadoria;
- Não pagamento de insalubridade com base em laudo pericial e contagem de tempo especial para fins de aposentadoria;
- Incidência do teto sobre a soma dos proventos de aposentadoria e pensão recebidos cumulativamente;
- Licenças prêmio não gozadas, para quem já estiver aposentado (até 5 anos).

Caso o docente se enquadre em algumas das situações descritas e deseje orientação a respeito, deve entrar em contato direto com a AJ da Adunesp pelo *e-mail* contato@laralorena.adv.br.